



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – LICENCIATURA

**HISTÓRIA REGIONAL, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA
NO LIVRO DIDÁTICO “*PARANÁ POVO E CHÃO*”**

KARINY WERMOUTH

Foz do Iguaçu
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – LICENCIATURA

**HISTÓRIA REGIONAL, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA
NO LIVRO DIDÁTICO “*PARANÁ POVO E CHÃO*”**

KARINY WERMOUTH

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História – Licenciatura, do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Professor Doutor Pedro Afonso Cristovão dos Santos

Foz do Iguaçu
2024

HISTÓRIA REGIONAL, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA NO LIVRO DIDÁTICO “*PARANÁ POVO E CHÃO*”

Kariny Wermouth

RESUMO EM PORTUGUÊS

O artigo compõe o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História – Licenciatura, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), e apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com o livro didático “*Paraná Povo e chão - história e geografia regional*”, destinado ao 4º e 5º ano do ensino fundamental, que circulou nas escolas paranaenses entre 2017 e 2019, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). A análise do livro está voltada para a compreensão do conceito de *região* estabelecido na obra, através de critérios que caracterizam a produção historiográfica em história regional e local, visa levantar questionamentos sobre como o livro pode contribuir para a construção das memórias e identidades sobre a região entre estudantes do Paraná.

Palavras-chave: história regional, história local, livro didático, memória histórica

RESUMO EN ESPAÑOL

El artículo compone el trabajo de conclusión de curso de graduación en Historia - Licenciatura, de la Universidad Federal de la integración Latinoamericana (UNILA), y presenta los resultados de una pesquisa realizado con el libro didáctico “*Paraná Povo e chão - história e geografia regional*”, destinado al 4º e 5º año de la enseñanza primaria, utilizado en las escuelas paranaenses entre 2017 e 2019, por medio del Programa Nacional del Libro y Material Didático (PNLD). El análisis del libro está enfocado para la comprensión del concepto de *región* planteado en la obra, a través de criterios que caracteriza la producción en historia regional y local, objetiva cuestionar cómo el libro puede contribuir para la construcción de memorias y identidades sobre la región entre estudiantes del Paraná.

Palabras-clave: historia regional, historia local, libro didáctico, memoria histórica

Apresentação

O artigo compõe o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História – Licenciatura, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), e apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com o livro didático “*Paraná Povo e chão - história e geografia regional*” (2014), volume único, destinado ao 4º e 5º ano – séries iniciais do ensino fundamental, que circulou nas escolas paranaenses entre 2017 e 2019.

O objetivo da pesquisa é analisar o conteúdo de história regional presente no livro, especialmente o conceito de *região* estabelecido na obra, através de critérios que caracterizam a produção historiográfica em história regional e local, e levantar questionamentos sobre como o livro pode contribuir para a construção de memórias e identidades sobre a região entre estudantes do Paraná.

A ideia surgiu do interesse em investigar a construção de memórias e identidades na cidade de Foz do Iguaçu, onde cursei a Graduação. Repensar a história do local onde se habita a partir da historiografia, envolve múltiplas reordenações de sentido. Como futura professora, me indago sobre como as narrativas a respeito de um lugar compõem a memória histórica de uma comunidade e sobre como os meios de divulgação histórica, entre eles o ensino de História e os livros didáticos, contribuem para essa construção narrativa. Nesse sentido, o presente trabalho pretende aproximar-se dessas perguntas e refletir sobre a construção de memórias e o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental.

O livro didático “*Paraná Povo e chão - história e geografia regional*” (2014), analisado nesta pesquisa, foi comprado pelo governo brasileiro e distribuído em escolas públicas do Paraná por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) entre os anos de 2017 e 2019. O PNLD é um programa do Ministério da Educação do Brasil (MEC) criado em 1985 para avaliar e distribuir obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital do Brasil e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Os recursos do PNLD são geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e para que um livro didático possa ser comprado pelo MEC e

distribuído para alguma escola, a editora responsável por sua publicação precisa inscrevê-lo em um edital publicado pelo MEC, que aponta todas as exigências mínimas a serem cumpridas pelas editoras interessadas, entre elas o cumprimento pleno da legislação brasileira. Após o período de inscrição, o MEC organiza uma equipe técnica para avaliação dos livros inscritos (exemplo: historiadores para avaliar livros didáticos de História, Geógrafos para os livros de Geografia etc.) e, se aprovados, os livros irão compor o Guia do Livro Didático, que tem a intenção de apresentar para as escolas públicas atendidas pelo Programa um catálogo dos livros autorizados para compra. Esse Guia contém uma breve resenha de cada livro ou coleção aprovada pela equipe técnica e as instruções para que cada escola solicite a compra do livro que desejar, dentro das opções do Guia. Apenas os livros aprovados na avaliação do MEC poderão ser comprados pelo governo federal para distribuição em escolas públicas. Outros livros e/ou apostilas, reprovados ou não avaliados pelo PNLD, poderão circular nas escolas públicas e/ou privadas do país, mas não com os recursos do governo federal.

A execução do PNLD é realizada de forma alternada contemplando diferentes ciclos dos quatro segmentos educativos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Em geral, as avaliações e publicações do Guia são feitas a cada três anos para cada ciclo da educação básica. Para receber livros didáticos do PNLD é necessário que uma escola pública participe regularmente do Censo Escolar do INEP e faça a adesão formal ao programa. Nesse sentido, uma escola também pode decidir não participar do PNLD.

No Guia do PNLD 2016, no qual o livro analisado neste artigo foi aprovado, indicava-se uma novidade em relação às edições anteriores: uma seção exclusiva para Livros Didáticos Regionais, que deveriam abordar História e Geografia de forma integrada e articulada, em um único volume, incluindo aspectos da Arte e da Cultura da região em foco. Para isso, os livros poderiam apresentar-se integrando os componentes curriculares a cada capítulo ou de forma justaposta, com partes específicas dedicadas à História ou à Geografia, entremeados com aspectos da arte e da cultura local e com atividades necessariamente integradas.

Segundo o Guia do PNLD 2016, nessa edição do programa foram inscritos 46 Livros Regionais, cuja avaliação aprovou 32 e reprovou 14. Dentre os aprovados, 3 tratavam da história do Paraná, entre eles: *“Estado do Paraná - Sociedade, tempo e espaço”*, de Graziella Rollemberg pela Editora Ática (1ª edição de 2014); *“Pequenos*

exploradores Paraná - Geografia, História, Arte e Cultura”, de Wilma de Lara Bueno, Berenice Bley Ribeiro Bonfim e Pedro Machado de Almeida pela Editora Positivo (1ª edição de 2014); e *“Paraná Povo e Chão”*, de Darci Alda Barros, Marlene Marques, Maria Dilonê Pizzato e Tânia Maria Iakovacz Lagemann pela Base Editorial (1ª edição de 2014). Ou seja, em 2016 as escolas públicas do Paraná, de maneira independente, poderiam escolher um desses três livros para compra e distribuição entre os estudantes de suas escolas para utilização entre os anos de 2017, 2018 e 2019, até que fosse realizada uma nova edição do PNLD para o mesmo ciclo de ensino. Portanto, a distribuição do livro analisado em escolas públicas do Paraná é, antes de tudo, uma escolha das escolas e da equipe pedagógica envolvida nos processos de escolha, e não uma imposição do governo federal.

Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação indicam que para a edição do PNLD de 2016 foram comprados e distribuídos, mediante escolha das escolas, 62.579 exemplares do livro do aluno *“Paraná Povo e Chão”*, que saiu a um valor de R\$11,33 (onze reais e trinta e três centavos) cada para o governo federal, o que fornece indícios sobre sua circulação do livro analisado nas escolas públicas do Paraná. Do livro *“Pequenos exploradores Paraná - Geografia, História, Arte e Cultura”*, foram comprados 43.915 exemplares do livro do aluno a um valor de R\$ 17,63 (dezessete reais e sessenta e três centavos) cada e do livro *“Estado do Paraná - Sociedade, tempo e espaço”* foram comprados 43.915 exemplares do livro do aluno a um valor de R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos) cada¹.

O Guia do PNLD 2016 também informa que a primeira versão do livro *“Paraná Povo e Chão”* é de 2014, embora versões similares do livro, com as mesmas autoras e editora, já circulassem no Paraná muito antes disso e já tivessem sido, inclusive, aprovadas em outras edições do PNLD. Exemplo: *“Paraná - Povo e Chão em Transformação”* (PNLD 2010 – Geografia) e *“Paraná - Povo e Chão em Transformação”* (PNLD 2013 – Geografia).

A Base Editorial, editora responsável pela publicação do livro analisado, foi criada em 1995, em Curitiba, no Paraná, com a produção focada em livros didáticos de todas as séries do ensino regular e línguas estrangeiras. Em 2013, a editora passou

¹ Informações disponíveis no site do FNDE. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-pnld-anos-anteriores>>. Acesso em: 27 de abril de 2024.

a integrar o Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP), de São Paulo, juntamente com outras editoras, como a Editora Nacional e a Editora Conrad².

As autoras do livro *“Paraná Povo e Chão”* possuem formações diversas. Darci Alda Barros é bacharel em Direito pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e é Especialista em Teorias da História. Darci coordenou a construção da proposta de Geografia do “Currículo básico para a escola pública municipal da região Oeste do Paraná – Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)” (AMOP, 2007) e atualmente é professora aposentada do município de Cascavel, no Paraná. Marlene Marques é graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Marlene foi assessora Técnica Pedagógica do Ensino Fundamental e Médio do Núcleo Regional de Educação de Toledo e atualmente é professora aposentada do Estado do Paraná. Maria Dilonê Pizzato é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Umuarama e em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul e tem Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente Maria presta assessoria técnica para a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP. Tânia Maria Iakovacz Lagemann, por fim, é graduada em Geografia pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória e Especialista em Gestão e Desenvolvimento em Meio Ambiente. Tânia foi coordenadora do Comitê Gestor Cultivando Água Boa de Toledo e atualmente é professora aposentada do município de Toledo.

Antes de iniciar a análise do conteúdo de história regional do livro em questão, discute-se a inserção da temática regional nos currículos de História no Paraná, a importância dos livros didáticos nas aulas de História e as definições de local e regional na historiografia.

A História Regional nos currículos de História e no PNL

A escola pública constitui-se hoje, um espaço de grande abrangência do conhecimento. Igualmente, a disciplina de História alcança uma grande camada da população que passa pelos bancos escolares. Mas essas histórias ganham mais sentido quando se referem aos espaços e às pessoas que conhecemos na nossa

² Confira o vídeo institucional da nova empresa em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=ir2XYCe2eYo>>. Acesso em 27 de abril de 2024.

comunidade. Nesse sentido, desde a instauração do regime republicano no Brasil as propostas curriculares educacionais recomendam o ensino de regional nas escolas primárias (BITTENCOURT, 2008; 2018). Em 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a Educação Infantil e para o Ensino de História também se recomendava, entre outros conteúdos e abordagens, o uso da perspectiva da História Regional para atender demandas de comunidades locais.

No entanto, apenas em 2007 o Brasil passou a avaliar e distribuir gratuitamente para as escolas públicas do país coleções e livros didáticos de História Regional. A iniciativa se manteve até 2019 por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e contemplava os anos iniciais do ensino fundamental – PNLDs de 2007, 2010, 2013 e 2016.

O Guia do Livro Didático de 2007, produzido após as primeiras avaliações desse tipo de livro em escala nacional, classificava como Livros Didáticos Regionais como aqueles que pretendem trabalhar com a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país. Previstos para o quarto ou quinto ano, esses livros deveriam ser organizados de forma a permitir à escola o máximo de flexibilidade e deveriam considerar os mesmos princípios didático-pedagógicos que indicados para a avaliação dos demais livros didáticos (BRASIL, 2006).

Em 2013 as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) reforçaram a importância do ensino de temáticas regionais e o Guia do Livro Didático de 2013 indicou que as obras aprovadas deveriam:

- focalizar a região como uma categoria central de análise, cujo recorte espacial poderá prescindir dos limites político-administrativos de estados e municípios, critérios comumente utilizados na delimitação regional;
- trabalhar preferencialmente as noções iniciais de região, que envolvem também aspectos do senso comum, uma vez que os conceitos de região e regionalização, voltados para a gestão do território, são mais abordados no sétimo ano do ensino fundamental;
- localizar corretamente fatos e fenômenos geográficos, utilizando representações gráficas variadas;
- romper com a estrutura de monografia regional, que, geralmente, tem abordado os processos naturais e sociais de maneira fragmentada;
- correlacionar os aspectos históricos, naturais, culturais, econômicos e sociais, focalizando a relação de identidade dos habitantes com a região selecionada;
- abordar a diversidade étnica da população brasileira e a importância dos povos indígenas brasileiros, dos afrodescendentes e dos migrantes internos e externos na produção social da região delimitada, ao longo do tempo.
- propiciar atividades para o entendimento das interações entre a sociedade e a natureza, articulando e contextualizando os fenômenos em diferentes

tempos históricos e escalas espaciais (municipal, estadual, nacional e mundial).

- utilizar diferentes linguagens na abordagem do regional.
- (BRASIL, 2012, p. 09)

Já o Guia do PNLD 2016, no qual o livro analisado neste artigo foi aprovado, indicava-se uma seção exclusiva para Livros Didáticos Regionais, que deveriam abordar História e Geografia de forma integrada e articulada, em um único volume, conforme já indicado.

Em 2017, a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil/Ensino Fundamental definiu um conjunto de aprendizagens ao qual todos os estudantes das séries iniciais teriam direito. Tais objetivos são apresentados através de um conjunto de conceitos, objetos do conhecimento e habilidades a serem desenvolvidas. A respeito do que podemos entender como história local e/ou regional na etapa do ensino fundamental, o documento prescreve que o processo de aprendizagem deve levar em conta, de forma progressiva, a escola, a comunidade, o Estado e o país (MEC. 2018, p. 355). Nessa perspectiva, as propostas de ensino de conteúdos de história local e regional aparecem com mais evidência para o 3º ano e 4º do ensino fundamental, e não mais nos 4º e 5º anos, como dos documentos anteriores. A exemplo disso, observa-se a promoção de habilidades como “Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes” (EF03HI06), “Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam” (EF03HI07) e “Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente” (EF04HI03). No entanto, desde 2016, nenhuma outra edição do PNLD contemplou a inscrição de coleções e livros didáticos regionais.

Em termos de legislação, no âmbito do Paraná, em 2001 foi aprovada a Lei ordinária nº 13381, que tornou obrigatório o ensino de conteúdos de História do Paraná no ensino fundamental e médio da rede pública estadual. Esse mesmo conteúdo é orientado através das Diretrizes Curriculares Estaduais para o ensino de História, de 2008. Desta forma, o ensino da história local e regional também está prescrito nos currículos escolares da educação básica do estado e isso direciona as

escolas públicas do estado para a busca de materiais didáticos que auxiliem nesse trabalho.

A escola pública constitui-se hoje, um espaço de grande abrangência do conhecimento. Igualmente, a disciplina de História alcança uma grande camada da população que passa pelos bancos escolares. O ensino da história regional se insere como conteúdo do ensino de história instituído também através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a nível nacional. Além disso, o estado do Paraná, conta com a Lei ordinária nº 13381 que torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina História do Paraná. Esse mesmo conteúdo é orientado através das Diretrizes Curriculares Estaduais da disciplina de história no estado do Paraná, desde de 2008, também no sentido do cumprimento da Lei 13381. Desta forma, o estudo da história local e regional está garantido no currículo escolar da educação básica no estado.

Livros Didáticos e o Ensino de História Regional

Dos recursos disponíveis para o ensino de História nas escolas, o mais conhecido é o livro didático. Considerado um suporte ao ensino, dentre suas funções, o livro didático pode servir como um suporte de fontes históricas, de atividades e métodos avaliativos, de referências bibliográficas e, em última instância, de propostas curriculares. São os livros didáticos que materializam os currículos e as diretrizes educacionais, especialmente os aprovados por programas de avaliação e distribuição governamental, como é o caso do PNLD. Tendo isso em vista, é nele que podemos encontrar diversos recursos para analisar como se materializam as propostas e conteúdos para o ensino de história regional. Ainda que a investigação sobre os usos e apropriações desses livros ainda seja um desafio, dadas as dificuldades que esse tipo de pesquisa requer, análise de livros didáticos comprados e distribuídos pelo governo federal aponta indícios sobre as narrativas que circulam, ou que se deseja que circulasse, em uma sociedade.

Parte do processo de reconhecimento e identificação de um sujeito em relação a seu entorno pode ser criado e estabelecido a partir da memória histórica de um lugar. Narrar a história de um local é uma tarefa que é realizada independente da produção historiográfica comprometida, visto que memorialistas dentre outros agentes cumprem esse papel (MOREIRA, 2017). Por isso, para que o ensino de História possa ser mais coerente com as necessidades de entendimento histórico do presente faz-se necessário entender a especificidade do conhecimento histórico no que se refere a

temas que se relacionem diretamente com a experiência vivida e os espaços de convívio dos sujeitos participantes do processo de educação escolar.

Para uma possível análise dos elementos mencionados acima, é necessário compreender como se situa a produção de história local e regional, a partir de suas especificidades e diferenças, no quadro de produção historiográfica sobre o pequeno espaço. Para isso, é importante compreender a distinção entre o conceito de local e lugar.

O Local e o Regional na historiografia

Segundo Barros (2022), desde os tempos antigos, o termo local faz referência a localidade. A princípio, o conceito de local é empregado pela geografia e utilizado pela historiografia a partir dessa referência. Por isso, é possível dizer que o local é aquilo que se refere ao território e a localidade e pode ser definido também como um conceito geográfico. É a partir de 1950 que a produção historiográfica francesa passa a voltar seu olhar para o pequeno espaço e construir referenciais para uma escrita da história voltada para regiões antes não vistas. Por isso, é possível dizer que o local é aquilo que diz respeito ao território e a localidade, podendo ser definido também como um conceito geográfico.

Já o conceito de lugar existe dentro de uma dinâmica própria. O território ou a localidade, não são suficientes para determinar de forma completa a complexa teia de experiências que englobam esse conceito. Por essa razão, um local pode existir mesmo sem que exista uma comunidade, pois, para ser um lugar, é necessário uma atribuição de sentido específica que surge a partir das relações que acontecem nesse espaço dentro de dinâmicas singulares. Tendo em vista essa distinção entre os termos podemos nos aproximar de pontos importantes para a definição de história local e regional, pois existem distinções entre ambas que auxiliam na compreensão das especificidades de cada uma.

Segundo Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira (2017), a história local parte do interesse de estudar o lugar a partir dele mesmo, podendo surgir de uma demanda interna da comunidade. Nesse sentido, a história local diz respeito a uma singularidade regional ou que adquire conotações singulares neste local, mesmo que possa ter relação com outros fenômenos externos.

Convencionalmente, tende-se a tratar a história regional a partir de marcos instituidores da política administrativa de regiões federativas do país (GONÇALVEZ, 1998). Também, segundo Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira (2017), a história regional pode ser contrastada e inserida numa comparação com outras territorialidades, como por exemplo, o estado ou país ou até mesmo entre diferentes regiões, que levam em consideração outras definições. Outro elemento significativo sobre a história regional é a seleção das fontes utilizadas, pois em sua maioria são utilizadas para esse tipo de pesquisa historiográfica as fontes regionais (MOREIRA, 2017).

Tendo em vista essas distinções, o historiador poderá definir seu recorte de pesquisa tendo como referência os marcos políticos administrativos do estado e definições geográficas ou questões específicas que se desenvolvem numa determinada comunidade ou região. Em outras palavras, aquilo que se refere e define o local também pode ser definido pelos interesses de pesquisa, pois não é a localidade que define a pesquisa, mas sim o problema.

Nesse sentido, Barros (2022) afirma que os problemas constituem o lugar, por tal razão, é preciso estudá-lo em sua singularidade, não apenas como um cenário onde se reproduzem relações ou questões advindas de outros processos ou da totalidade. Uma análise historiográfica local ou regional precisa estar direcionada para o estudo do desenvolvimento de um fenômeno, conceito ou acontecimento a partir da materialidade e subjetividade em que se desenvolve, sendo o local fundamental para tal procedimento. A luz disso, podemos exemplificar tal afirmação, demonstrando que é possível estudar o processo de escravidão nas Américas como uma prática comum às monarquias Ibéricas responsáveis pela colonização europeia nas Américas, mas incorreria em possíveis erros afirmar que a escravização de pessoas ocorreu da mesma forma em todo o continente.

Dessa forma, é possível compreender que as especificidades do local onde o fato ou problema se desenvolve, possui uma singularidade absoluta que o distingue de outros lugares ou do mesmo fenômeno que possa ter ocorrido em outro lugar. Em síntese:

para um historiador, a região não será tanto aquilo de onde a pesquisa partirá, mas sim aquilo mesmo que a pesquisa pretende produzir historicamente. A região, para a operação historiográfica, não é ponto de partida; frequentemente é o ponto de chegada. (BARROS, 2002, p. 46.)

Ainda segundo Barros (2022) através da história local e regional é possível colocar em questionamento afirmações redutoras como também é possível compreender processos que se desenvolvem na totalidade, não tratando-se de uma oposição.

Compreendemos que os critérios de análise dos conteúdos dos métodos contidos nos livros didáticos utilizados em contexto escolar, devem estar presentes no trabalho do professor, dos pesquisadores e produtores desse material, pois, concepções expressas por meio desse tipo de material, podem interferir de forma decisiva no processo de aprendizagem do contingente que usufrui do sistema público de ensino.

Portanto, é à luz destas questões que através deste trabalho pretende-se analisar o livro didático mencionado anteriormente, com o objetivo de observar os aspectos que definem o conceito de região, indagar e identificar qual a compreensão de local e lugar apresentadas na obra e a partir de quais critérios se estabelece essa definição. Por se tratar de um livro temático, voltado para história regional do Paraná, o recorte geográfico determina a análise.

"Paraná Povo e Chão": História Regional, Memórias e Identidades

O livro "Paraná Povo e Chão" (2014) está organizado em 4 unidades de discussão, contendo 3 capítulos cada uma. O público-alvo são estudantes do 4º e 5º ano das escolas públicas do estado do Paraná. Os conteúdos de História e Geografia são abordados simultaneamente ao longo das unidades e não estão divididos em sessões específicas. Ao observarmos a organização e seleção dos conteúdos, é possível ter uma visão geral dos temas mais importantes na visão das autoras.

Além dos conteúdos teóricos abordados na obra, o livro propõe uma série de exercícios e atividades que articulam os conteúdos abordados nos textos e fontes diversificadas, além de apresentar glossário, sugestões de leituras e mapas ampliados.

Verifica-se através dessas propostas, que o intuito das autoras é construir possibilidades de associação entre informações históricas diversas e a possível realidade vivida pelos estudantes do Paraná. Nesse sentido, destaca-se as seções com as seguintes atividades: *analisando documentos* - onde são propostas a leitura e

análise de diferentes documentos históricos, *pesquisando em outras fontes* - onde é proposto que, com auxílio de livros, revistas, jornais e internet sejam realizadas pesquisas para complementar o estudo do tema e, por fim, a seção *trabalho de campo* - com propostas de entrevistas e investigação dentro da própria comunidade em que se insere o público-alvo da obra. Na introdução, as autoras também mencionam dentre seus objetivos: “esperamos que você perceba, aos poucos, que este espaço imediato está relacionado com outros espaços do Paraná, do Brasil e do mundo” (BARROS et al., 2014, p. 4).

De forma geral, o livro está composto de exercícios que estimulam o desenvolvimento das noções de temporalidade. Existem algumas propostas de atividades que orientam a pesquisa e comparação entre as diferenças e semelhanças da realidade e espaço de convívio dos alunos com os temas abordados, além de estimular o reconhecimento da diversidade étnica e demográfica paranaense. Como expresso na introdução do livro, a proposta parte de um dos objetivos das autoras em estimular a compreensão das relações entre passado, presente e futuro para orientar a ação no tempo presente dos sujeitos históricos que são o público-alvo da obra. No que diz respeito à geografia, os conteúdos abordados têm o objetivo de apresentar noções básicas sobre constituição do território, cultura, mapas, escala, paisagens urbanas e rurais.

Na primeira unidade do livro, são introduzidas noções iniciais sobre o conceito de local. A partir desse conceito, também se desenvolve a ideia de identidade atrelada a aspectos da regionalidade. Esta unidade é direcionada para oferecer noções básicas de constituição de território, de alteridade e diversidade cultural.

Nas primeiras páginas do livro, fica evidente que a concepção da formação do espaço histórico se baseia em uma delimitação já estabelecida, que são as demarcações geográficas do atual estado do Paraná. Durante o texto, o sentido de lugar aparece fortemente atrelado à ideia de território. São apresentadas noções de território, tais como o lugar que do planeta Terra no sistema solar, divisões e limites geográficos dos continentes e países, noções básicas de cartografia, incluindo noções de fronteiras e limites geográficos. É nesse contexto que as primeiras paisagens do estado aparecem, no texto intitulado *Nosso lugar na terra*, como mostra a Figura 1.

Figura 1: paisagens paranaenses.



Fonte - BARROS, et al. (2014). Reprodução nossa.

As imagens indicam as transformações da paisagem a partir da ação humana. As autoras afirmam que existem locais com ou sem ações de modificação feitas pelos grupos humanos e, nesse sentido, as paisagens podem ser compreendidas como espaços historicamente construídos. Da mesma forma, é explícita a concepção de que as delimitações das fronteiras são influenciadas por interesses políticos, econômicos e culturais.

Em relação ao patrimônio, temos um exemplo da transformação do espaço através da ação humana, com análise das transformações feitas na Praça Tiradentes, em Curitiba. Primeiro é utilizada uma fonte que é o quadro *Levantamento do pelourinho de Curitiba*, de Euro Brandão, que retrata o local onde fica atualmente a praça Tiradentes. A praça é mencionada como o nascimento da cidade. A narrativa começa com a menção ao passado indígena do local, escolhido pelo Cacique Tindiquera, para uma reorganização da população.

Esse ponto é importante para abordar noções de conservação e patrimônio, pois após um reforma em 2006, ao serem descobertos calçamentos ainda datados do século XIX, houve a construção de uma estrutura que possibilitou a preservação e visibilidade dos vestígios mencionados que podem ser visitados atualmente, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2: calçamento encontrado na Praça Tiradentes - Curitiba (PR)



Fonte - BARROS, et al. (2014). Reprodução nossa

A partir dessa relação com o patrimônio, as autoras propõem um exercício de trabalho de campo. Na página 16, é sugerido que os alunos formem grupos e façam entrevistas com pioneiros do bairro, com perguntas para investigar aspectos como festividades, como eram as propriedades rurais e urbanas, as mudanças observadas por esses agentes com o passar do tempo, quem foram os primeiros moradores, preservação do local, e propostas para melhorar a qualidade de vida da população que reside no bairro. Através desse resgate do patrimônio público e da atividade de investigação no bairro, o livro consegue um bom exemplo de como o território e os espaços de convivência são fruto de um processo histórico de transformação.

É da relação entre paisagem, território e espaço que se apresentam as primeiras noções de constituição do estado. Um dos objetivos presentes no livro é fornecer aos leitores ferramentas para compreensão de como esse leitor se insere no espaço paranaense, visando construir uma ideia de cidadania que oriente sua atuação e transformação no espaço vivido. Através desse objetivo, percebemos que as autoras vão estabelecer uma relação entre identidade pessoal associada à herança de diferentes povos que construíram o estado.

Há um capítulo inteiro dedicado à reflexão sobre o que é ser uma criança paranaense, no qual é desenvolvida a ideia de que uma narrativa pessoal surge de diversas maneiras e é formada por diferentes pessoas que constituem diferentes comunidades. Esses aspectos têm como objetivo fornecer entendimento de que todas

as pessoas são sujeitos históricos. Tal ideia, fica explícita no texto intitulado *Minha história, minha família*, em que as fontes utilizadas consistem em fotografias de família, conforme ilustrado na Figura 3 abaixo:

Figura 3: Relatos de família



Fonte - BARROS, et al. (2014). Reprodução nossa

Já na página 17, a proposta da atividade é buscar por meio de consulta a pioneiros e outros moradores a história do bairro onde os alunos vivem, aspectos relacionados à ocupação, preservação e uso do local. Desta forma, através das atividades de avaliação e proposta de exercícios, o livro instiga uma investigação sobre a historicidade do local.

É no sentido de um percurso de investigação sobre as próprias heranças culturais que o livro adentra a discussão sobre a diversidade étnica e cultural. Verifica-se que isso é feito de modo a recompor uma espécie de genealogia do estado, onde alguns acontecimentos históricos são importantes para determinar a composição atual do Paraná e sua identidade cultural.

A formação do povo paranaense, segundo o livro, ocorreu através da miscigenação entre os povos indígenas, africanos e europeus, levando a um cenário de particular diversidade cultural que também pode ser verificado no restante do país. Nas palavras das autoras: "a identidade paranaense se constitui a partir de um grande

mosaico étnico" (BARROS, et al., 2014, p.73). Desta forma, são mencionadas as populações indígenas que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses, as populações africanas que foram trazidas de forma forçosa ao continente, bem como os imigrantes europeus.

A ideia de que já existiam populações nos territórios que hoje constituem o estado está presente no texto, como mostra o seguinte trecho: "As terras que formam atualmente o estado do Paraná eram povoadas pelos nativos indígenas há mais de 7 mil anos" (BARROS, et al., 2014, p. 43). Entre as contribuições atribuídas aos povos indígenas, são destacadas no livro as influências culturais dos guaranis, kaingang e xetás na formação do estado.

Nos textos, são abordados brevemente os modos de vida dos indígenas antes da colonização, como alimentação, divisão do trabalho, papel dos membros das comunidades. As contribuições dos povos indígenas na construção da identidade paranaense destacadas foram na culinária e no vocabulário, incluindo a palavra que dá nome ao Estado, que é de origem indígena e significa "semelhante ao mar".

Quanto aos povos indígenas na atualidade, são relatos como pertencente às "tribos remanescentes" (BARROS, et al., 2014, p. 59). Sua localização está indicada através de mapas e de uma tabela com as cidades onde se encontram comunidades indígenas atualmente. Apesar dos povos indígenas serem mencionados no presente, garantido sua visibilidade para além de um passado ligado à colonização, há uma lacuna que não evidencia se a concepção apresentada na obra é de que os indígenas são paranaenses e se enquadram no conceito de cidadania a partir do estado nacional.

No que diz respeito aos povos de origem africana, estes aparecem no livro como povos que, junto aos grupos indígenas, europeus e asiáticos foram a base do povo brasileiro e também do povo paranaense. No texto, aparecem associados ao trabalho e às atividades econômicas que desenvolveram o estado, a primeira delas, sendo a mineração no litoral e, posteriormente, sua contribuição é mencionada na ocupação dos campos gerais através do tropeirismo. Dentre as principais contribuições atribuídas a essas populações foram destacadas na obra a dança, a música, a alimentação e a medicina. O texto traz informações sobre os processos de resistência dessas populações através dos quilombos e de sua permanência na atualidade. Há dados com levantamento das comunidades quilombolas existentes atualmente no Paraná e as cidades onde estão localizadas.

Já em relação a imigração europeia, além da ocupação de portugueses e espanhóis, são citadas as migrações de populações vindas da Ucrânia, Polônia, Alemanha e Itália, a partir do século XIX, e de libaneses, russos e japoneses no século XX. Destaca-se como principal motivo da chegada desses imigrantes o incentivo do governo na tentativa de impulsionar atividades como a agricultura, além das condições adversas de vida em seus países de origem.

Além do processo de imigração externa, também houve uma migração interna. Dessa forma, o texto define algumas regiões do estado a partir desse fluxo migratório. No século XX, no norte do Paraná houve predominância de populações italianas, espanholas, portuguesas e japonesas, oriundos dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Por sua vez, as regiões sudoeste e oeste, de italianos e alemães, muitos dos quais migraram dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O ponto que une a experiência dos três grupos citados acima e o motivo principal pelo qual aparecem nessa narrativa é o fato de serem compreendidos como a base da formação do estado do Paraná, por meio do trabalho. Com exceção de colonizadores portugueses e espanhóis, que são citados fortemente no que se refere à colonização, as demais populações têm sua atividade predominantemente associada a essa função.

É possível notar no texto, que embora seja ressaltado o caráter conflituoso do "encontro" entre as diferentes culturas que constituem o que as autoras chamam de identidade paranaense, tais conflitos não são enfatizados na discussão sobre esse processo de miscigenação, considerado tão importante e significativo culturalmente. Especialmente no que se refere aos conflitos na sociedade escravista para manutenção de elementos importantes para as comunidades quilombolas e indígenas.

No que diz respeito às definições de identidade paranaense, estas estão associadas aos conceitos de nacionalidade e cidadania, uma vez que todo percurso narrativo e escolha das informações históricas se orientam para uma ação cidadã que se ampara numa genealogia do ser paranaense. Por fim, a obra também caracteriza essa identidade cultural paranaense sintetizada e expressa através de símbolos oficiais e não oficiais. Como mostram as Figura 6, 7 e 8.

Figura 6: Brasão e Bandeira do Paraná.



Fonte - BARROS, et al. (2014). Reprodução nossa

Figura 7 e 8: Símbolo não oficial - Gralha azul e Pinha. Reprodução nossa



Fonte – BARROS, et al. (2014). Reprodução nossa

No texto *Portugueses, espanhóis e o tratado de Tordesilhas*, na página 49, temos um novo marco no sentido de uma genealogia do estado. A construção narrativa dessa ideia é a de um percurso de reconstituição da origem do estado nacional, que passa por alguns temas de grande abrangência, como o processo de colonização e ocupação europeia do território, com ênfase na imigração portuguesa e espanhola. Nesse sentido, a assinatura do tratado de Tordesilhas em 1493, configura-se como um fato de grande repercussão nas narrativas históricas da colonização da América.

É a partir desse fato, que as autoras atribuem as primeiras referências às origens da constituição do estado do Paraná. Mencionam as consideradas primeiras cidades do estado, no seguinte trecho:

Assim, surgiu, em 1556, a Ciudad Real Del Guairá, a atual cidade de Guaíra. Também fundaram a Vila Rica Del Espiritu Santu, em 1576, no atual município de Fênix. Esses foram os primeiros núcleos estáveis de povoamento no Paraná. (BARROS, et al., 2014, p. 51).

Essa ideia é reforçada nas atividades sugeridas no texto que orientam os alunos a localizar no mapa o atual município em que vivem e verificar se esse território já fez parte dos domínios de Portugal ou de Espanha e também se existiam estradas nativas nas proximidades. Ainda a respeito do processo de colonização há referências às primeiras colônias no Paraná, ao desenvolvimento das *encomiendas*, às reduções jesuíticas e à conversão dos povos originários.

O marco instituído como a formação do estado paranaense é o ano de 1889 com a proclamação da República, quando o território do Paraná passou de província a estado. Esse processo é precedido de quando o território do Paraná fazia parte da Capitania de São Paulo, que posteriormente passou a ser uma província, depois da proclamação da Independência, em 1822. Entretanto, foi só durante o segundo império que o estado adquiriu autonomia política e administrativa, tornando-se também uma província. Uma das atividades compostas nesse trecho, é responder a pergunta "como nasceu o Paraná? Em que século?" (BARROS, et al., 2014, p. 84).

O Paraná moderno, segundo o livro, corresponde ao início da indústria no final do século XIX e início do século XX. Em relação às atividades econômicas e desenvolvimento neste período, o estado é definido como predominantemente urbano e industrial. Quanto ao setor produtivo, são enfatizados setores como transporte, comunicações, navegação fluvial, geração de energia e infraestrutura aérea. A cidade de Curitiba e sua área metropolitana são indicadas como os centros urbanos e industriais. Já o restante do estado é caracterizado como áreas dedicadas à produção agrícola e pecuária.

Segundo o livro, as diferentes formas de trabalho, tanto no campo quanto na cidade, formaram o estado e contribuíram para seu crescimento social e econômico. Mesmo que seja explícito que os diferentes grupos étnicos e imigrantes já possuíam suas formas de trabalho próprias antes da colonização, o destaque para o papel do trabalho se dá no sentido da construção do estado, como se esse fosse o objetivo *a priori*. Desta forma, no texto o trabalho aparece atrelado a atividades ou ciclos econômicos que, por sua vez, estão atrelados a períodos específicos de desenvolvimento do estado.

Em síntese, diferenças regionais do ponto de vista cultural não são tão ressaltadas de região para região do estado. A divisão por áreas de produção ou atividades econômicas é mais determinante para demarcar diferenças dentro do próprio estado. O motivo do início da ocupação do estado é atribuído à busca pelo ouro, interesse dos colonizadores europeus, portugueses e espanhóis. A próxima atividade econômica relevante é a ocupação da região dos Campos Gerais com criação do gado e através do tropeirismo no início do século XVII, atribuída como a principal atividade econômica no século XIX. A exploração da erva-mate foi intensificada após a guerra do Paraguai, devido ao comércio exclusivo apropriado pelo Brasil, que impulsionou o comércio industrial paranaense e deu origem à burguesia, que por sua vez, impulsionou e projetou o estado a nível nacional. Destaca-se também que esse tipo de produção utilizava trabalho escravo e livre assalariado. É o caso das Obrages e dos Mensus. Além disso, colonizadoras estrangeiras como a Maripá S.A., são citadas como responsáveis pela nova colonização do oeste e assentamento de cidades a partir de 1940, e a este processo é atribuído o final do processo de colonização do estado.

Desta forma, o que sobressai ao observarmos a fonte é que fica explícito que a região não é o ponto de chegada das reflexões propostas, mas o ponto de partida. É evidente que o livro é um material específico, destinado a um público local e que se propõe a debater o estado a partir de sua definição político administrativa atual. Ademais, os conteúdos de história estão sempre associados a noção de território, isso porque o livro mescla os conteúdos de história e geografia, e indica que essa concepção pode ser uma das razões pelas quais optam por trabalhar as duas disciplinas em um único volume e em associação. Todo o percurso narrativo desenvolvido leva à busca pelas origens daquilo que é considerado o território e identidade paranaense na atualidade.

Considerações Finais

Verificamos que o ensino de história local integra o currículo da educação básica no Brasil. Também vimos que existem debates teóricos em torno da produção de história local e regional que mobilizam conceitos como os de *lugar* e *local* que auxiliam na compreensão das comunidades e sua relação com os espaços em que se organizam e vivem. Tais noções são importantes para compreensão da produção

historiográfica voltada para o espaço - história local e história regional - e sua relação com ensino de história.

Desta forma, ao selecionarmos como fonte principal de análise deste trabalho um livro didático direcionado especificamente para história e geografia do estado do Paraná, identificamos que as narrativas desenvolvidas através do livro estão voltadas para uma definição de estado que parte dos limites geográficos atuais, buscando compreender o Paraná contemporâneo no que diz respeito à geografia, cultura, economia e formação social.

Gonçalves (1998), afirma que existem pesquisas históricas voltadas para história regional motivadas por pressões, interesses e demandas das gestões político-administrativas de determinadas regiões. Nesses casos, o conjunto de ideias expressas pelos interesses de gestores e figuras de poder são mais determinantes para a produção das narrativas do que o interesse social ou a metodologia de pesquisa do historiador. No caso do livro *Paraná povo e chão* há uma ênfase clara, como mostramos na seção anterior, na ideia de *trabalho*, construindo uma história moldada por diferentes atividades econômicas e a associação de diferentes populações migrantes a elas. A noção de um mosaico étnico também perpassa a obra, reiterando imagens comuns a narrativas de história geral do Brasil que enfatizam a mescla de etnias como característica fundante da identidade brasileira. Talvez esse seja um limite da produção historiográfica regional quando atrelada a algum nível de institucionalidade estatal que parte de uma ideia já concebida e operante sobre o que é uma região ou um espaço. Desvincular-se dessas noções já estabelecidas mostra-se como um grande desafio, afinal, para construir um tipo diferente de pesquisa sobre determinado lugar é necessário que a motivação para pesquisa caminhe em outro sentido.

Segundo Bittencourt (2008) um fator importante relacionado ao livro didático é que este objeto articula propostas curriculares e produções historiográficas na mesma proposta. Uma das questões em relação a esse material é que a estrutura pela qual o conhecimento histórico é apresentado está numa lógica reducionista e unitária, pois um dos objetivos do livro é estabelecer uma cadeia de receptividade das informações na qual faz-se necessário que os fatos sejam apresentados de forma geral e seu entendimento possa ser assimilado por todos.

Nesse sentido, o livro *Paraná povo e chão* foi produzido para atender todas as regiões do estado. Ainda que seja importante abordar singularidades e processos

específicos, não é possível realizar essa tarefa de modo tão abrangente a partir desse formato editorial. Entretanto, o livro oferece alguns recursos para que narrativas mais particulares de um lugar possam ser trabalhadas em sala de aula, contendo atividades importantes que levam à pesquisa e reflexão sobre a comunidade local. Memórias individuais e coletivas são mobilizadas através de atividades e exercícios complementares aos textos e fontes, que podem servir, inclusive, como uma possibilidade de levantamento de fontes locais.

Ainda segundo Bittencourt (2008) o que faz diferença no uso do livro é proporcionar a percepção que esse material pode ser utilizado também para pesquisa. Assim, o trabalho de mediação entre o objeto e o público pode englobar etapas como: ensinar a consultar índices, temas gerais, a entender quem são os autores e aquilo que propõe por meio do livro. Por isso, é preciso contextualizá-lo dentro de suas possibilidades, sabendo-se tratar de um material que deve auxiliar no processo de ensino e aprendizado, a partir de contextos específicos. Por isso, ressalta-se também o trabalho fundamental dos professores não apenas no que diz respeito à medição dos conteúdos exercícios propostos nos livros, mas também em leituras e análises críticas sobre o material utilizado.

A relação entre história local e regional com o ensino de história pode se estreitar de forma significativa quando mobilizamos o conceito de memória social. Segundo Agostino (2013) às memórias compartilhadas e difundidas coletivamente são aquelas consideradas importantes para um grupo social. Por isso, mesmo que memória seja um processo vivido individualmente, é através dos relatos e da construção de signos próprios que uma comunidade ou grupo social desenvolvem uma ideia compartilhada. Nas palavras da autora:

De manera que, hablando de los recuerdos, los grupos sociales (en su diversidad) acaban construyendo sus propias imágenes del mundo y establecen una versión acordada — tácitamente acordada— del pasado. La memoria social es, básicamente, un proceso de negociación constante y mediatizado entre el individuo y el colectivo o colectivos a los que pertenece o en que se inscribe. (AGOSTINO, 2013, p. 80)

A memória social é uma das formas de transmissão de cultura, tradições e do passado que se difere da história, pois não parte de um método debatido e praticado dentro de uma comunidade científica. Sendo um fenômeno espontâneo, está presente na vida cotidiana de todos os sujeitos históricos. Nesse sentido, são as memórias

individuais que levam à formação da memória social de uma comunidade. Tudo pode se tornar história e toda narrativa merece ser contada.

Desta forma, avaliamos que um ensino de história que incentive a intervenção na realidade vivida dos alunos, passa pela valorização e resgate da memória social dos mesmos e a construção de uma identidade positiva em referência a sua própria história. Por isso, é tão importante que exista espaço dentro do ensino de história para uma relação que coloque os sujeitos históricos em contato com suas próprias narrativas e referências. A história local e a história regional, por sua vez, podem contribuir para a preservação da memória social de um grupo, porque permitem elaborar experiências singulares e, por vezes, silenciadas, além de colaborar com a permanência de uma comunidade. É nesse sentido que materiais didáticos como o livro *Paraná Povo e chão*, analisado neste trabalho, são importantes. Pode oferecer recursos às práticas do ensino de história preocupadas com o ensino da história local e regional, desde que alinhados com uma produção historiográfica que leve em consideração questões significativas para as comunidades alvo de suas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGOSTINO, H. N. El espacio local como ámbito de la memoria y de la construcción histórica. In: BRESCIANO, J. **La memoria histórica y sus configuraciones temáticas**. Buenos Aires, Argentina: Con Sur, 2013.

BARROS, J. A. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

BARROS, D. A.; MARQUES, M.; PIZZATO, M. D.; LAGEMANN, T. M. I. **Paraná Povo e chão: história e geografia regional**, 4º ou 5º ano. Curitiba: Base editorial, 2014.

BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Revista Estudos Avançados**, 32 (93), p. 127-149, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia do PNLD 2007: Séries/Anos iniciais do Ensino Fundamental**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia do PNLD 2010: Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia do PNLD 2013: história**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Alguns problemas do ensino escolar de história regional. *História Ensino*, Londrina, v.4, p. 53-75, out. 1998.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **O ensino de História Regional nas escolas brasileiras**. 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-regional/>> Acesso em: 10 dez. 2023.

PARANÁ. **Lei Ordinária n. 13381, de 18 de Dezembro de 2001**. Torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina história do Paraná. Curitiba: Palácio do Governo, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da educação básica: história**. Curitiba: SEED, 2008.